

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2010

N.º 5/2010

DIA: Seis de Dezembro do ano de dois mil e dez.-----

HORA: Dezanove horas e quinze minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENCAS:-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD).-----

2º SECRETÁRIO: Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD). -----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD – Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD - Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado;-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD - Dra. Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD - Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP - Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP - António Gomes;-----

CDS/PP – Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP - José do Nascimento Peres;-----

2010.12.06

CDS/PP - Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

CDS/PP - António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP - Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS – Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – João Miguel Almeida Campos, em substituição da Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS – Manuel de Sousa Pinho;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD – Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD - Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes, em representação da Câmara

2010.12.06

Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Dra. Adriana Helena Silva Rodrigues, Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: O Presidente da Assembleia Municipal começou por informar que estava disponível para consulta toda a correspondência recebida desde a última sessão, salientando o ofício ref.ª 6635, da Câmara Municipal de Vale de Cambra que deu conhecimento da deliberação de 6 de Outubro de 2010, relativa à aquisição de cem acções da PRIMUS MGV – Agência de Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A., nos termos da proposta apresentada pela Área Metropolitana do Porto.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que, por impossibilidade de estar presente na sessão, a Sra. Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho seria representada pelo Sr. João Miguel Almeida Campos, que participou nos trabalhos da sessão, nos termos da lei.-----

No uso da palavra o Senhor Manuel Domingos da Costa Tavares, Membro eleito por esta Assembleia para integrar o Conselho da Comunidade do ACES de Entre Douro e Vouga II informou que no dia vinte e seis de Novembro passado, esteve presente na reunião do conselho da comunidade do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, realizada no Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, que pertence ao agrupamento juntamente com os Centros de Saúde de S. João da Madeira e Vale de Cambra. Informou que este Agrupamento tinha como Director Executivo, a Drª Maria Odete Gomes de Pinho e tinha ainda um Conselho Executivo, um Conselho Clínico e um Conselho da Comunidade onde a Assembleia Municipal era por si representada. Informou ainda que o Agrupamento abrangia a USF - Unidade de Saúde Familiar, a UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, a UCC - Unidades de Cuidados na Comunidade; USP – Unidades de Saúde Pública e a URAP – Unidade de Recursos Assistenciais

2010.12.06

Partilhados e que foi recentemente criada a ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados, que possui dois veículos onde prestam serviço um médico e enfermeiros. Explicou que esta unidade funcionará brevemente, prestando cuidados de saúde às pessoas nas suas casas, pessoas que, não estando nos cuidados continuados nos Centros de Saúde, estão em casa e precisam de apoio-----

Continuou, explicando que a USF de Vale de Cambra, designada Calambriga, funcionava plenamente no Centro de Saúde das oito às vinte horas e que foi criada em Macieira de Cambra, uma UCSP designada Salus Caima, mas que ainda não estava a funcionar por falta de médico. Referiu que a falta de médicos era uma preocupação do Conselho Executivo devido a reforma e férias de alguns e que já tinha sido lançado um concurso decorrendo ainda os respectivos procedimentos de colocação.-----

Explicou ainda que cada Centro de Saúde era uma componente de um Agrupamento de Centros de Saúde onde funcionava sempre uma Unidade de Saúde Familiar, além das outras.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Rodrigo Oliveira da Silva, intervindo na qualidade de Coordenador da Comissão Permanente Especializada de Saúde, também composta pela Enf.^a Paula Pedro e pelo Dr. João Silva, referiu que o encerramento da urgência neste concelho desencadeou um levantamento da situação sobre a problemática da saúde em Vale de Cambra, através da audição de algumas pessoas e entidades, entre as quais a Directora do ACES, a Comissão de Utentes, a Direcção e Comando dos Bombeiros Voluntários e o Provedor da Santa Casa, entre outros, como forma de encontrar uma solução. Informou que este processo ainda se encontrava a decorrer, estando prevista a audição de mais entidades como a Autoridade de Saúde do Município e a Fundação Lar Luís Bernardo de Almeida.-----

2010.12.06

Informou que já tinha alguns dados em seu poder, que pretendia divulgar numa reunião alargada, com a presença de todos os intervenientes na questão da saúde no Município, sendo agendada, em princípio, para o mês de Março. Salientou que a maior preocupação era a de fornecer um serviço de emergência/urgência no concelho, bem como desenvolver um plano de saúde porque todos os médicos em exercício nas unidades de saúde familiar estão à beira da reforma e dos restantes, poucos querem vir para Vale de Cambra além de haver poucos formados em clínica geral, problema que afirmou ser de difícil resolução.-----

O Sr. Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, referiu que o povo das Baralhas enviou à Assembleia da República, há mais de quatro anos, uma petição com mais de quatro mil assinaturas, petição essa que se mantinha, como o demonstrava o abaixo assinado feito pelos moradores das Baralhas não residentes no Município de Vale de Cambra que citou e se transcreve: “Os cidadãos abaixo assinados declaram para todos os efeitos que se consideram munícipes de Vale de Cambra onde se encontram plenamente integrados social e culturalmente, independentemente do seu agregado familiar se encontrar na área geográfica do Município de Oliveira de Azeméis por razões meramente administrativas. É no Município de Vale de Cambra que têm as suas raízes e é sua expressa vontade que assim continue.” Solicitou, quer à Assembleia quer à Câmara Municipal, a total disponibilidade para com o povo das Baralhas de forma a fazer chegar ao Presidente da Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares, o resultado aprovado na sessão.-----

Interveio o Sr. António dos Santos Sousa dizendo que ainda não se considerava esclarecido sobre a questão do Pavilhão de Macieira de Cambra e que, ao contrário do que o Dr. João Pedro Silva referiu, Portugal ia receber vinte

2010.12.06

milhões de euros de apoio Comunitário só para infra-estruturas desportivas e que o Secretário de Estado, Dr Laurentino Dias contemplou dezoito concelhos, tais como Oliveira de Frades, Murça, Meda, Alvaiázere, Oliveira de Azeméis (2 – pólos sendo um em Oliveira e outro em princípio, em Fajões), Santa Maria da Feira, Ovar, Vila Real, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeirim, Felgueiras, Aveiro, Arganil, Santa Comba Dão, Évora, Régua, Tarouca e Viana do Castelo, esquecendo Vale de Cambra, em especial a Freguesia de Macieira de Cambra, o que o indignava por esta ser de maioria socialista. Sugeriu, então, ao Dr. João Pedro Silva, e a propósito da prontidão já demonstrada em ajudar, que interviesse junto do Governo no sentido deste incluir a construção do Pavilhão Desportivo de Macieira de Cambra naquele apoio comunitário.-----

Relativamente ao Parque de Estacionamento Subterrâneo, questionou o tarifário praticado, referindo que entrou lá no dia dezassete de Outubro pelas 11:01h e saiu às 11:08h tendo pago vinte cêntimos; que voltou a entrar às 11:33h e saiu às 11:39h e pagou vinte cêntimos. Questionou ainda a responsabilidade do Parque quanto aos danos em bens materiais e em pessoas que usam o estacionamento, face ao aviso existente na entrada onde referem declinar qualquer responsabilidade. Questionou ainda a inexistência de sinalização na zona envolvente do Parque, achando que deveria ser feita uma correcção com a colocação de sinais em falta na Rua Dr. Domingos de Almeida Brandão, junto ao novo bar do Parque e no início da Rua, junto à rotunda Comendador Arlindo Soares de Pinho.-----

De seguida, sugeriu que o agendamento de eventos públicos tivesse em conta as pessoas que trabalham até cerca das 18:00h, que não poderiam estar presentes se estes se realizassem a meio da tarde.-----

Solicitou o arranjo e colocação de protecções laterais na Ponte sobre o Rio Viques por esta ameaçar ruir, tendo em conta que decorrem as obras na estrada

2010.12.06

Macieira de Cambra – Pena; solicitou ainda o arranjo do piso da Estrada Macieira de Cambra – Porto Novo e o arranjo da pedra caída na Rotunda das Agrads, símbolo de uma das freguesias do Município.-----

O Sr. Presidente da Mesa solicitou que as intervenções fossem mais sintéticas de modo a dar tempo para todos os interessados intervirem.-----

No uso da palavra o Sr. António Gomes referiu que a pressa não é aconselhável à perfeição e que a Assembleia Municipal era um Órgão deliberativo que devia ter um certo respeito e, que todos os elementos também deviam ser respeitados.-----

Tendo pedido à Mesa para que fosse transcrita sua intervenção, passou a ler o discurso que se transcreve: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Digníssima Mesa; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e Digníssimos Senhores Vereadores; Digníssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal; Exma. Comunicação Social; Minhas Senhoras e meus Senhores.-----

Relativamente aos contínuos rebentamentos da conduta de água da Câmara Municipal na E.N. 328, junto aos lugares da Lombela, Mártir, e Castelo em S. Pedro de Castelões, cujas obras de reparação demoram meses, e ainda a degradação do pavimento da E.M. que liga a Rotunda dos Irmãos Mecânicos a Burgães; quase intransitável; da E.M. 552 de Cartim a Paredes; Rua da Granja; (a mais movimentada junto a cidade); os buracos nas Estradas e Passeios, falta de limpeza nas mesmas por todos os lados no concelho; quero perguntar mais uma vez de entre outras sem resposta; por onde tem andado V. Exa. Senhor Presidente da Câmara com carro, agora novo pago pelo erário público. A tratar do PIDAC não foi, pois é o concelho que menos recebe Entre Douro e Vouga (como de costume) em 2011 apenas 85.843€; Miséria; o mesmo que 2010;-----

2010.12.06

Raras vezes vejo V. Exa. na Freguesia de S. Pedro de Castelões; na de Rôge; Macieira de Cambra e, Vila Chã apenas porque tem de lá passar para Lordelo onde creio que reside;-----

Assim não, Senhor Presidente; espero sinceramente que respeite mais os cidadãos Cambrenses das Freguesias onde existem pessoas e construa, não destrua: Por favor Sr. Presidente da Câmara; ainda por cima Engenheiro Civil. Faça algo com a sua inteligência para marcar as Freguesias de S. Pedro de Castelões, Macieira de Cambra, Rôge, Junqueira, Codal, entre outras, (não são precisas grandes obras), e não vá em Bolandas com o Arquitecto que para aqui trouxe, e que, pelo que já foi planeado e executado, nada de benéfico trouxe a nossa terra (Exemplo: Pista de Karting): Mande-o embora, que vá para Arouca, S. J. Madeira ou O. Azeméis, mas o melhor era ir para Aveiro, porque creio ser de lá, só que a Capital do Distrito talvez tenha melhor, e por conseguinte não terá lá cabimento; Teve que vir parar a este concelho do Norte do Distrito talvez o mais serrano, por isso se calhar o mais atrasado no vosso entendimento;-----

Sinceramente; conheço V. Exa. há muitos anos e na minha modesta opinião, sempre o considerei uma pessoa digna, honesta e de bom senso; Só que, depois desta tormenta toda, acho-o desfigurado, desumanizado, coisa que não deve estar dentro do seu carácter. Tenho V. Exa. Senhor Presidente como uma pessoa de bem. No entanto, ao contrário dos meus pensamentos, voam dúvidas graves que estou a tentar apurar, nomeadamente com obras e outros assuntos pertinentes entre os quais: Serviços Sociais dos Funcionários; V. Exa. deveria pela sua consciência pedir uma auditoria, sindicância ou seja lá o que for, depois da sua posse, para ficar com a consciência tranquila de tudo aquilo que fizeram a essa Instituição (nomeadamente se as contribuições para os mesmos não foram desviadas do objectivo para que foram criadas conforme os respectivos Estatutos) e assim demonstraria a todos aqueles que, até talvez por ignorância, não andam

2010.12.06

a par desses assuntos; os menos protegidos, que se preocupou com eles e o que foi feito não é da sua responsabilidade; se não o fizer, fica na sua consciência, porém poderá ter a certeza que mais tarde ou mais cedo alguém irá verificar tal situação; -----

- Aguas: Senhor Presidente consulte o travesseiro; Empresas Público Privadas (EPP) dão no que dão, todo o País está a sofrer com esse flagelo, e parece que só agora é que deram por ela. Já temos uma que lhe vai dar água pelas barbas, a V.C.P. - Parques de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A.-----

Quero também aqui chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara para a seguinte situação que a ser verdadeira é deveras grave: Tenho ouvido falar por onde ando no concelho, que os fontanários públicos onde ainda não há distribuição de água pela Câmara Municipal, também não são feitas análises periódicas a que o Decreto-Lei n.º 306/2007, obriga às Entidades Competentes, e no entanto continuamos a ver Cidadãos até aqui da cidade lá irem encher garrações e garrações de água. Nos Fontanários Públicos que conheço sinceramente não tenho visto indicações de que a sua água é Própria para consumo ou Imprópria. Peço ao Senhor Presidente para não descorar este assunto, pois ele é deveras importante para a saúde das pessoas e de grande responsabilidade; Vou estar atento a esta situação.-----

Neste tempo de crise, de dificuldades económicas do País Sr. Presidente não pense mais em obras megalómanas como o Parque das Ovelhas, perdão da Cidade, e faça por favor se puder pequenas obras que agradem aos Cambrenses. Diga-me por favor, como Presidente da Câmara Municipal que obras mandou executar em S. Pedro de Castelões, Rôge, Macieira de Cambra, onde efectivamente existem pessoas? Está habituado a ir a Freguesia de Arões (Nova e Moderna Escola) Novas Estradas; Cepelos (Restauro quase, Novo Centro Cívico) Junta de Freguesia etc., e Junqueira, apenas porque tem de lá passar

2010.12.06

para Arões, e esquece-se das Freguesias de S. Pedro de Castelões, Rôge, Macieira de Cambra, Junqueira, que no meu entender, para V. Exa. pouco interessam; Mas se quiser fazer obras de vulto e que em muito prestigiariam os seus mandatos, tem projectos que existiam na Câmara Municipal da maior Freguesia do concelho em população nomeadamente o Projecto da Alameda da S.^a da Saúde, Rectificação da E.M. 552; Cartim-Cruz dos Pousos em Junqueira, Estrada Cabril - Barbeito e Barbeito - Castelo, Zona Industrial do Barbeito; Acabamento da Av.^a de Macinhata, de Burgães a Entre Pontes, Variante a Poente da Cidade, que trocou por outra em Vila Chã; só estava prevista uma e agora são duas por causa do Parque da Cidade; Continuação da Av.^a de Macinhata à Rotunda do Castelo onde esteve a Firma M. Vide & Irmão, Lda. com um ramal à Praça Pública de S. Pedro de Castelões, etc. etc.-----

Infelizmente têm-se limitado naquela Freguesia a mandar fazer W.C. ilegais e outras, se ficarmos por aqui é uma sorte. Acredito que isto seria demais para um Presidente sem ambição como o que temos, mas dado que neste momento o Orçamento da C. M. tem vindo grandemente a diminuir sem que alguém lute contra isso, concordo plenamente que passe a recalendarizar as obras no concelho, como disse recentemente num Jornal com ou sem financiamento construindo se possível as mais necessárias; onde principalmente existam pessoas para se servirem delas, e tendo sempre em atenção neste período conturbado de dificuldades económicas o Custo-Benefício das mesmas e não como até aqui; que só tem sido esbanjar. Dou um pequeno exemplo: Que interessa uma Cidade ter um Parque enorme, se essa mesma cidade nem sequer tem uns W.C. dignos dos Cambrenses, e de quem nos visita, entre outras!!! No entanto, quero continuar a acreditar que V. Exa. estará a altura neste momento de resolver o que for melhor para a qualidade de vida dos Cambrenses, que cada

2010.12.06

vez mais, infelizmente, os mais novos, nos abandonam, e é preciso urgentemente fazer algo de bom nesta Terra que isso contrarie.” -----

O Sr. Presidente da Mesa alertou mais uma vez, dizendo que havia um Regimento para cumprir e que queria dar a voz a todos. Frisou ainda que os problemas Municipais deveriam ser debatidos no ponto n.º 9 da ordem do dia, na apreciação da actividade municipal.-----

Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga que, referindo-se à crise de emprego existente no concelho e no País, deu como situação, a de um ex-aluno que pretendia fazer um investimento à volta de um milhão e meio de euros, criando vinte e cinco postos de trabalho, ao qual a autarquia não deu a sua melhor atenção, pois que, até o ofício enviado à CCDRN, anexando o projecto, não teve fundamentação bastante para tentar desbloquear a situação gerada com o projecto, com a ocupação de 2000m², com as novas instalações, as quais cerca de 200m² são em Área Florestal, com o envolvimento de entidades como o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura para a ultrapassar. -----

Referiu o atraso na entrega de elementos de um processo de obras, já requerido dia quatro de Novembro, acrescentando que, o prazo a cumprir nas respostas era de trinta dias e que, eventualmente, iria remeter todo o assunto ao IGAT.-----

Disse ter passado na obra do Jardim de Infância de Codal nesse dia e que mantinha o que disse na última Assembleia Municipal sobre a inexistência da ficha técnica, tendo sido informado pelo Sr. Presidente da Junta de Codal do contrário, apesar desta ficha não estar lá. -----

Pedi ainda desculpa pela confusão que fez em relação ao dia da semana em que ocorreu a Sessão de trinta de Junho.-----

Terminou perguntando ao vereador Dr. Pedro Almeida se este considerava ética e moralmente correcto o facto de ter familiares directos a fazer fornecimento de serviços e bens à autarquia e, se achava legal, a situação de ser Presidente dos

2010.12.06

Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal quando tinha suspenso o lugar de funcionário da Câmara.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Jorge Miguel Martins Quental, referiu que tinha lido e ouvido algumas palavras que considerava menos próprias e de mau tom em relação à Casa da Juventude, tais como a de que esta casa não andava para frente porque o Presidente da Câmara não queria ou não se mexia, quando a realidade se prendia com a baixa participação das entidades chamadas a participar, que foram a JS-Juventude Socialista e JSD-Juventude Social Democrata. Disse ainda que, face à última reunião, muito participada, estava convencido de que a proposta da associação para a Casa da Juventude se concretizaria.-----

A Sra. Dra. Célia Maria dos Santos Tavares manifestou o seu repúdio em relação à cobrança de portagem na A25, dizendo que Vale de Cambra, por decisão governamental, ficou isenta desse pagamento embora tivesse sido obrigada a pagar por ter lá passado, facto que estranhou, uma vez que tinha conhecimento, assim como os colegas de bancada, do problema ter sido levantado por um deputado do PSD, na Assembleia da República junto das respectivas entidades. Pediu a atenção da Assembleia, apelando às restantes bancadas que se juntassem, a fim de descobrir o que se passava em relação à dita isenção, questão preocupante para os cidadãos valecambrenses, pois que havia muita gente a deslocar-se a Aveiro com regularidade e era onerado com mais um encargo. Questionou o Sr. Presidente da Câmara quanto às diligências tomadas no sentido da resolução desta questão, pois após contacto com os órgãos competentes, foi informada que falta ainda uma publicação no Diário Oficial da República. Conclui dizendo que não compreendia a situação, que repudia, pois não via motivos para a existência de mais um encargo a suportar pelos Valecambrenses.-----

2010.12.06

Usou da palavra o Sr. João Miguel Almeida Campos que agradeceu a confiança depositada em si, pelo PS, para que pudesse fazer parte da Assembleia Municipal, que considerou ser um desafio que agarrou, orgulhoso, enfrentando com ousadia e grande sentido de responsabilidade os interesses dos jovens e de toda a população de Vale de Cambra em geral. Acrescentou que esperava poder contribuir para que houvesse mais e melhor democracia, defendendo o debate político em falta em Vale de Cambra. -----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente proferida e registada em acta, que cita e se transcreve *“se calhar a Casa não é uma ambição da juventude. Pois as obras foram executadas em tempo record, mas estão a levar mais tempo a montá-la. Saliu que todos os jovens se devem juntar e resolver o problema pois precisam rapidamente de se motivar e de mudar um pouco os seus hábitos, para hábitos mais saudáveis.”* comentou que a citação contrastava com a opinião dos representantes da Câmara Municipal presentes na última reunião havida sobre a Casa da Juventude, onde com grande espírito de abertura por parte destes foi frisada a ideia de que os jovens estão motivados e que querem uma casa da juventude. Casa essa, afirma, que seja útil, indo de encontro às suas necessidades e não uma Casa meramente “teórica”, ou que seja feita às pressas. Continua dizendo que havia critérios e parâmetros a serem definidos, para que esta fosse segura, coerente, credível e não uma obra concluída à pressa, não correspondendo às expectativas. -----

Acrescentou que gostaria de saber a opinião do CDS/PP sobre este assunto, uma vez que faltaram a todas as reuniões relativas à Casa da Juventude, sendo a única opinião conhecida, a do Vice-Presidente da JP, face à entrevista publicada no Jornal A Voz de Cambra.-----

Saliu que um dos grandes problemas que Vale de Cambra enfrentava era a tendência negativa na evolução demográfica, sendo que as previsões indicavam

2010.12.06

uma queda significativa de habitantes, acreditando que a fomentação de políticas para a captação e manutenção de habitantes era urgente, bem como, o apostar em cativar outro tipo de empresas para Vale de Cambra, mais diversificadas, na área dos serviços que conseguissem absorver os jovens Valecambrenses licenciados, o que seria uma questão de sobrevivência para o concelho. Terminou referindo que a JS estava presente para lutar pelos jovens, para fazer com que essas políticas fossem seguidas.-----

Interveio o Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa referindo que subscrevia alguns dos pedidos de esclarecimento já enunciados pelos seus colegas deputados. Questionou a presidência da Câmara, sobre as consequências do Orçamento de Estado nos Municípios, e como este se iria reflectir quer na parte da receita, quer da despesa; perguntou ainda se os municípios tinham à semelhança dos Governos Regionais, autonomia suficiente para compensar os seus funcionários com alguma coisa, aliviá-los de certa forma dos cortes salariais que estavam anunciados e em que circunstâncias poderia isso acontecer.-----

Usou da palavra o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa para referir que os postes de iluminação pública na EN 227 estavam a ser instalados com critérios casuísticos, sem estudos, pois nuns sítios, os postes de iluminação eram colocados no interior dos passeios e noutros casos eram colocados à face da berma das estradas, prática esta que ocasionava imensos acidentes e imensos custos de manutenção dessas infraestruturas. Apelou à execução do estudo por parte da Câmara, achando que o correcto seria a sua colocação fora do lancil, na parte exterior do passeio para evitar os choques.-----

Referiu que o estado da via que servia Rôge, para ele era um insulto pois a estrada que dava acesso à igreja e ao Pelourinho, ex-libris do concelho tinha desde dezanove metros de largura a seis metros, não tendo um perfil definido,

2010.12.06

nem zona de estacionamento, nem bermas pintadas e, em alguns locais, a sua largura era de quatro metros. Deixou o alerta para que se corrigissem os pequenos erros, cujos custos não seriam muitos e que houvesse um tratamento cuidado para que a alteração, efectivamente ficasse bem.-----

Atendendo à situação de crise em que se vive, comentou o facto da Fundação Luís Bernardo de Almeida manter a zona exterior do edifício com grande iluminação durante toda a noite e que sendo esta uma das instituições que vivia de subsídios, devia ser abordada no sentido de desligar metade das lâmpadas à noite. Da mesma forma, alertou para o facto de durante o dia, a iluminação pública no município estar acesa, o que lhe parece um gasto de quem é rico.-----

Concluiu referindo que não concordava com os cortes salariais e sugeriu que a Câmara Municipal desse o dobro do subsidio que o estado quer tirar aos funcionários. -----

No uso da palavra Sr. Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva, referiu que na altura do debate do orçamento poderão ser então criticadas as suas opções para a Câmara Municipal. Não é por um membro da Assembleia ir ao púlpito falar mais alto que lhe assiste razão. Já por duas vezes se sujeitou ao voto popular e obteve maioria, portanto é porque o povo se identifica com os seus projectos. Disse ter bem definido o seu programa e dele não se desvia nem um milímetro. No entanto aceita obviamente e da parte de todos, os contributos que são dados. Contudo, dos projectos profundos, projectos de desenvolvimento de Vale de Cambra, desses não abdica porque tem o voto do povo de Vale de Cambra para os concretizar. Não está a fazer nada que tenha escondido ao povo; pelo contrário, tem debatido publicamente os projectos mais emblemáticos, o que nenhum outro executivo fez. Não tem medo, independentemente da critica que cada um possa fazer.-----

2010.12.06

Sobre a água referiu que tem políticas muito bem definidas sobre a qualidade da mesma. Referiu que é nesta casa que tem procurar informação. E a este respeito acrescentou que lhe pretendia fazer um elogio pois neste último mês teve o procedimento que deve ser correcto para todos os membros da Assembleia, isto é enviar todas as solicitações por escrito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que as encaminha para o Executivo e o Executivo responde. Foi assim que procederam.-----

Quanto à política industrial, referiu que têm uma política muito séria e que foi feito mais por Vale de Cambra nestes últimos anos do que o que tinha sido feito até aqui. Conseguiu-se inclusivamente captar para Vale de Cambra praticamente todos os industriais que tinham saído do município. A título de exemplo, referiu a empresa JPM que adquiriu já terrenos na Zona Industrial para construção de um espaço coberto de mais de dez mil metros de área de construção, embora tenha acabado de construir na zona industrial da Farrapa. A política é estar constantemente ao lado do empresário, dar-lhe todo o apoio, mas com isto não quer dizer que vão licenciar coisas que não são licenciáveis. Quem definiu a Reserva Agrícola, a Reserva Florestal e a Reserva Ecológica não foi a Câmara Municipal de Vale de Cambra. Se não houvesse regras não era preciso planeamento urbanístico, cada um fazia o que queria. O executivo está preocupado para que nenhum dos industriais valecambrenses deixe de crescer, mas terão de crescer de acordo com as leis gerais do País. Garantiu que tudo o que os industriais precisam, todas as consultas, todo o conforto de que necessitam, este executivo dá. Não há nenhum industrial que diga que lhe fecharam as portas, pelo contrário. -----

Relativamente à Casa da Juventude, referiu ficar perplexo com mais uma intervenção de que o CDS faltou, e a JS é que está e a JSD também; mas isto é uma casa política ou é a casa da juventude? Mas que raio de casa é que

2010.12.06

andamos aqui a fazer? Em primeiro lugar já alguém tornou público que esta casa nasce porque o partido A, B, ou C a forçou. Nada disso: a Casa da Juventude nasce porque é um projecto da Regeneração Urbana. Quando fizeram a candidatura a Bruxelas um dos *dossiers* que a integrava chamava-se Casa da Juventude, que está feita em termos físicos, falta agora pôr aquela casa a funcionar. Aquela casa não é do partido A, B ou C, não é da Câmara Municipal, é um projecto da Regeneração Urbana para os jovens do concelho.-----

Em relação às portagens, referiu que são uma verdadeira trapalhada e um roubo uma vez que pela A29 para ao Porto se paga quarenta e cinco cêntimos e pela A25 para Aveiro se paga cerca de dois euros e tal. E como se não bastasse tem pórticos na A25 quando esta deveria ter já previstas as isenções a aplicar.-----

Portanto, quem for pedir neste momento a isenção a que tem direito, esta ainda não foi publicada em Diário da República e como tal tem de pagar. Entende que se deve reclamar desta situação. Disse ter já comunicado, a título individual, ao Senhor Ministro que tinha de pôr cobro a esta trapalhada, uma trapalhada que nos está a tirar turistas e a prejudicar todos aqueles que querem trabalhar. E como a trapalhada tinha de ser ainda mais confusa, também não se conseguem adquirir aparelhos porque não os há.-----

Relativamente ao Orçamento de Estado, referiu que os trezentos e oito Municípios não têm qualquer responsabilidade na crise das finanças públicas, sendo até positivo o contributo no primeiro semestre de dois mil e dez, segundo dados publicados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) e pelo Banco de Portugal. Reafirmou que os cem milhões de euros de redução do PEC 1 (Programa de Estabilidade e Crescimento) só serviu para que a Administração Central os gastasse aumentando o défice público, uma vez que a mesma disparou seis por cento. Reafirmou que só a dívida da REFER ultrapassa o valor

2010.12.06

da dívida dos trezentos e oito Municípios. Mas até parece que vale a pena fazer despesa pois o Presidente REFER foi aumentado em 65%, enquanto que o Presidente da Câmara de Vale de Cambra foi reduzido em 13,5%. Referiu que o Presidente da REFER ganha a módica quantia de sessenta e cinco mil euros por mês. Registe-se que o contributo dos Municípios é de apenas 0,66% dos 9,4% do défice público em 2009, sendo a responsabilidade da administração central catorze vezes superior à do poder local. Salientou a divergência entre o crescimento dos impostos do Estado e as receitas municipais provenientes do O.E., tendo diminuído cada vez mais nos últimos anos o peso em relação aos impostos de referência, designadamente IRS, IRC, e IVA, desde 2005. Este decréscimo vem a acontecer desde 2005: menos transferências para os Municípios, mais verbas para a Administração Central. Referiu a redução nas receitas municipais em duzentos e vinte e sete milhões de euros em relação ao Orçamento de Estado de 2010, prevendo os resultados desastrosos que as medidas do Orçamento de Estado para 2011 irão ter nos apoios sociais às populações, levando a que estes recorram cada vez mais ao poder local, sempre próximo e solidário, sem que os Municípios tenham condições para responder de forma adequada às carências que se prefiguram. Reafirmou que é desastrosa para o Poder Local e para os Municípios a proposta de Orçamento de Estado para 2011, perante o que não há alternativa senão reduzir rapidamente os custos. E nesse sentido, já dispensou um Adjunto do seu Gabinete de Apoio e tendo também terminado o aluguer de longa duração do seu automóvel impôs uma redução de 25% na prestação do novo veículo; a iluminação de Natal também teve uma redução de 20%; estão em negociações com a EDP para num curto espaço de tempo reduzir em 10 a 15% a iluminação pública; as horas extra levaram uma redução muito significativa na Câmara; as despesas correntes estão a diminuir; o número de funcionários da autarquia diminuiu no corrente ano em

2010.12.06

vinte e três lugares. Estão a rever todos os procedimentos de modo a que diminuindo a despesa se possa fazer a obra a que se propuseram. É claro que também concorda que as obras não financiadas deverão ser repensadas, reprogramadas e recalendarizadas.-----

Em relação à questão sobre se as autarquias têm forma de compensar os funcionários quanto aos cortes no vencimento, à semelhança dos Governos Regionais disse que está obrigado a cumprir com as leis da república e, neste caso particular, com o Orçamento de Estado e com a decisão do Governo de cortar nos salários dos funcionários.-----

Referiu que há pouco se esqueceu de mencionar os cortes nos parques dinheiros que as Juntas de Freguesia têm. O Presidente de Junta está diariamente com as populações e tem verbas de transferência do FEF muito parcas. A Câmara Municipal tem feito um esforço no sentido de dar algum dinheiro às Juntas de Freguesia para limpeza de vias, para manter os edifícios públicos. Teme que com estes cortes sucessivos às Autarquias um dia destes não possam dar esse dinheiro e quando tal acontecer as Juntas de Freguesia terão de fechar a porta porque o dinheiro que vem do FEF dará para pagar a luz, papel e pouco mais. Referiu ter já defendido publicamente, num debate nacional sobre esta matéria, onde participou também o Sr. Jorge Costa, que é melhor acabar com as Juntas de Freguesia a manterem-se assim nestas condições, assim como a maioria dos países da Europa, ou então que lhes dêem competências a sério para que possam dar resposta às solicitações diárias do Povo que lá surge. -----

Relativamente à EM 550, referiu que a Câmara respeita na integra os Projectos Técnicos. Acrescentou que foi uma obra herdada de um anterior mandato, e provavelmente terá erros, pois em tudo que se faz estão sujeitos a cometer erros.

2010.12.06

Entende que aquela estrada beneficiou e muito aquele interior, foi uma estrada muito cara, uma estrada de montanha. Pode ter imperfeições, mas acha que as perfeições superam e de que maneira as imperfeições. Acredito que quem aprovou aquela obra, que a viu, não deixaria de aprovar uma estrada que não tivesse grandes condições técnicas. Aliás tinha acompanhá-la um defensor acérrimo da Freguesia de Rôge, o Sr. António Gomes.-----

O Sr. Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva, no sentido deste esclarecer apenas a questão deixada em aberto pelo Sr. Sousa, relativamente ao Pavilhão Desportivo.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu estar disponível para ajudar no processo da construção do Pavilhão Desportivo de Macieira de Cambra, precisando saber o ponto da situação, o que o Clube Desportivo e Cultural pretende, enfim, inteirar-se do processo. Referiu ainda que na última sessão disse que o assunto estava encerrado no sentido de já ter prestado todos os esclarecimentos e o porquê deste não ter sido aprovado, relembrando as razões para a sua não aprovação, que se deveu ao facto de em dois mil e cinco o Governo ter tomado posse, existirem dificuldades financeiras, e ter sido opção deste, apoiar as infraestruturas até um certo valor, valor esse muito inferior aos setecentos e tal mil euros que era o apoio pedido para o Pavilhão. Referiu ainda que o apoio ao Rancho Folclórico foi inferior ao valor definido. Solicitou ao Sr. Sousa que lhe indicasse quais os programas da atribuição de apoios a dezoito municípios, bem como outros elementos relativos às candidaturas para que fossem encontradas as razões pelas quais Vale de Cambra não foi beneficiada ou não se candidatou.-----

2010.12.06

Questiona a vontade da Câmara em beneficiar este projecto com a atribuição de verbas e, em caso afirmativo, demonstrou disponibilidade para colaborar junto do Governo nesse sentido.-----

No uso da palavra o Sr. António Gomes comentou que a EM 550 tinha condições de circulação e que depois da sua execução, passaram pelo executivo pessoas que ali estavam presentes ,que também tinham responsabilidade no seu actual estado, tal como ele no tempo em que fez parte do elenco camarário.-----

Referiu que é um facto o Presidente da Câmara ter ganho dois mandatos mas que o seu programa nunca tinha sido cumprido, tal como o de outros, devido ao alto valor dos investimentos a fazer, apesar de em tempo de eleições, se realizar muita aplicação de tapete nas estradas.-----

Agradeceu as respostas às questões feitas por escrito mas comentou que estas eram inócuas, não tendo conteúdo.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE OUTUBRO DE 2010: O Sr. Presidente da Assembleia informou que tinha sido feita a correcção apresentada pelo Sr. José do Nascimento Peres e deu a palavra aos presentes que queriam fazer rectificações à acta.-----

O Sr. **Albano Oliveira Braga** referiu que na página trinta e quatro, quando fez referência à placa da Praça, se referia à fraca qualidade do desenho das letras da mesma.-----

O Sr. **Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal** solicitou que na página doze, onde consta que o nome do empreiteiro e o valor do Jardim de Infância de Codal estão colocados na escola, passe a constar “o nome do empreiteiro e o valor do Jardim de Infância de Codal estão colocados à sua frente”, pois foi o que disse.-----

2010.12.06

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que na página catorze da proposta da acta, no segundo parágrafo onde constavam as declarações do Sr. Presidente da Câmara, faltava o registo de uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara na qual referiu a frase “*se os jovens não mostrarem motivação utiliza aquela casa para outro fim*”, a qual deveria ser transcrita por ser uma declaração importante.---

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que não se lembrava mas que, caso tenha dito, não se opõe a que aquela conste na acta.-----

Após efectuadas as correcções indicadas pelos Membros da Assembleia, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e oito votos a favor e duas abstenções (Eng.º Jorge Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos e Manuel Sousa Pinho) aprovar a acta da sessão ordinária de um de Outubro de dois mil e dez, com a seguinte correcção à minuta dessa acta, aprovada em sessão de um de Outubro: na página 7 e linha 2 passa a ser feita referência ao artigo 64.º (Ponto 5 – Alteração ao RMUE).-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, colocou à consideração da Assembleia Municipal o agendamento do seguinte ponto:-----

- ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA À ENERGAIA – AGÊNCIA DE ENERGIA DO SUL DA ÁREA METROPOLTINA DO PORTO – Deliberação da Câmara Municipal de 30 de Novembro de 2010.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que a bancada do PS não tinha dados suficientes para discutir o ponto a agendar, pedindo mais informação para posterior debate e decisão e também por não se tratar de um assunto prioritário - -

O Sr. Presidente da Assembleia informou que para o assunto ser agendado nos termos da lei, teria de obter-se 2/3 dos votos a favor.-----

2010.12.06

Colocada a proposta de agendamento a votação, obteve-se dezoito votos a favor da Bancada do PPD/PSD e doze votos contra das bancadas do CDS/PP (8) e do PS (4); não se verificando a existência dos dois terços do número legal dos membros do Órgão, previstos no artigo 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, não foi agendado o ponto em questão.-----

2. REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: No uso da palavra o Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa, em nome da comissão que está a elaborar o Regimento, referiu que a mesma já tinha algumas alterações alinhavadas e que atendendo ao seu conteúdo, solicitava sugestões de todos, a entregar durante o mês de Janeiro, que a comissão irá aceitar consoante a substância.-----

O Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho disse que estando em vigor o Regimento anterior, não havia problema no adiamento do assunto para Fevereiro.

Interveio o Sr. António Gomes referindo que achava terem nomeado os representantes das bancadas para tratar do Regimento e que, estava constituída a comissão ideal, principalmente por esta ter um advogado. Achou que o ponto estava agendado porque o documento estava pronto a aprovar e que o adiamento desta aprovação punha em risco a sua aprovação que poderia só ocorrer no final do mandato. Referiu que o anterior Regimento tinha sido elaborado pelos elementos anteriores com a mesma formação que os actuais e que estava bem feito, podendo ser aprovado, apesar do tempo de intervenção ser reduzido.-----

Dada a palavra à Comissão, esta, na pessoa do Dr. António Paulo Soares Barbosa, agradecendo as palavras proferidas pelo Sr. Gomes, referiu que não fazia sentido aprovar o regimento naquele momento e na próxima sessão proceder a alterações relativas aos tempos de intervenção e aos assuntos abordados. -----

Interveio o Sr. Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos dizendo que enviou à Comissão alguns pontos que teriam de ser estudados no Regimento e que, uma vez que estava a ser cumprido o anterior, não havia pressa na aprovação do então apresentado.-----

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia, dizendo que seria agendado para o primeiro ponto da sessão de Fevereiro, a aprovação do Regimento.-----

A deliberação sobre este assunto ficou adiada para a próxima sessão.-----

3. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS – Deliberação da Câmara Municipal de 16.11.2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a aprovação desta Assembleia a fixação da participação do Município no IRS de dois mil e dez em 5% (cinco por cento) e submete o assunto a apreciação desta Assembleia.-----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara, afirmou que, tal como noutros anos, a receita do Município era de 5% e que o governo ficava sempre com 95% não baixando esta percentagem de receita apesar de o permitir ao Município. Referiu que baixaria a percentagem, se o Governo tivesse também essa atitude e que, face aos estudos feitos, não há ninguém que mude de concelho devido à diminuição desta percentagem, não havendo qualquer repercussão na atitude de mudança dos munícipes.-----

Passando à discussão do ponto, interveio o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa que perguntou qual era o valor da receita para a Câmara Municipal, acrescentando que se fosse relevante para o concelho, havia todo o interesse em defender esse imposto.-----

Interveio o Dr. João Pedro Bastos Silva dizendo que no ano anterior o PS apresentou uma proposta para reduzir para 4% o IRS a cobrar pelo Município e que este ano a mantinha, pretendendo que ficasse registada em acta essa intenção pois que seria como uma prenda de Natal para os Valecambrenses.-----

Interveio o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares dizendo que aquele imposto tinha somente a ver com os rendimentos das pessoas singulares que ganhavam acima dos 700 euros; que a Câmara Municipal não fazia obras porque não tinha dinheiro e que a discussão recaía sobre um ponto percentual, tendo muitas das pessoas rendimentos inferiores a esse limite, não pagavam IRS. Referiu ainda que o valor de 500 a 600 mil euros era significativo para o Município e que por uma questão de solidariedade achava que quem recebia acima desse valor deveria pagar.-----

Interveio o Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos para informar que os membros da Assembleia não podiam fazer propostas na sessão a decorrer e que relativamente ao IRS, os valores não eram significativos devendo a Câmara aproveitar outros impostos e beneficiar pessoas que geralmente nem pagavam este imposto. Acrescentou que, não indo a Câmara Municipal abdicar do valor total de 5% a percentagem em discussão não iria ser significativa no total.-----

Interveio o Dr. João Pedro Bastos Silva que leu, à semelhança do ocorrido no ano anterior, o artigo do Código Administrativo que possibilita a realização de propostas durante a sessão da Assembleia.-----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que no penúltimo parágrafo do documento distribuído, onde dizia “Participação do Município no IRS de 2009” devia ser, “2010”.-----

Informou que o Município, durante o ano de 2010 arrecadou 5% do IRS, no valor de quinhentos e vinte e seis mil seiscentos e três euros (526 603,00€) e em 2011 iria arrecadar quatrocentos e oitenta e seis mil novecentos e treze euros (486 913,00€). Informou ainda que o Estado Português arrecadava dos habitantes de Vale de Cambra, nove milhões e quinhentos mil euros (9.500.000,00€) por ano e que o Município iria arrecadar não chegava quinhentos mil euros (500.000,00€) e o que o Estado insinua é que o Município perdoe aos contribuintes de Vale de

Cambra esta receita. Sugere à bancada do PS que argumente junto do governo uma descida da taxa de IRS e que em contrapartida fará o mesmo numa escala de cinco vezes o esforço que o Estado fizer.-----

A Assembleia Municipal deliberou fixar a participação do Município no IRS de dois mil e dez em 5% (cinco por cento), por maioria de dezanove votos a favor, sendo dezoito da Bancada do PPD/PSD e um da bancada do CDS/PP (António dos Santos Sousa), cinco votos contra, sendo quatro da bancada do PS e um da bancada do CDS/PP (Albano Oliveira Braga), tendo-se absterido os restantes seis elementos da bancada do CDS/PP.-----

4. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE A COLECTA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC) NO ANO 2010 –

Deliberação da Câmara Municipal de 16.11.2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a apreciação desta Assembleia o lançamento de derrama com a fixação das seguintes taxas a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC no ano de 2010:-----

- Empresas com volume de negócios até 150.000,00€ – 1%;-----
- Restantes empresas – 1,5%.-----

Pedindo autorização ao Presidente da Mesa para intervir antes do Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. José do Nascimento Peres** pediu a rectificação do texto da acta da Câmara Municipal relativo à aprovação deste ponto, onde refere o número de votos contra como 4, sendo este somente de 3.-----

Acolhida a rectificação do lapso havido, **interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal** dizendo que os Municípios deviam ter acesso a todas as fontes da Administração Central, nomeadamente no que se referia ao valor facturado pelas empresas acima dos cento e cinquenta euros (150.000,00€) e nas que facturassem menos de 150.000,00€, pois era sua intenção, apesar das dificuldades, prestar uma ajuda ao pequeno comércio, onde se insere a maior

2010.12.06

parte dos comerciantes locais e, às pequenas e médias indústrias, através da redução da taxa nesse escalão. Apesar das tentativas de obtenção dessa informação na Administração Central, informou que foram forçados a seguir com a proposta mesmo sem saber quanto é que tinham arrecadado, esperando tirar as ilações só no próximo ano. Quanto ao escalão de facturação acima dos cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), informou que a opção foi igual à do ano passado, uma vez que o governo através de legislação baixou a incidência da derrama e os Municípios sofreram na arrecadação de receita. Recordou as palavras de um antigo deputado do PS que dizia ser um dos impostos mais justos se houver aproveitamento das sinergias, para melhorar as condições dos parques industriais e para que se instalem mais indústrias no concelho. Relembrou ainda que este imposto recaía sobre o lucro, somente diminuindo o valor distribuído entre os accionistas da empresa, não pondo em risco a viabilidade da empresa.---

Posto o ponto à discussão, **interveio o Dr. João Pedro Bastos Silva** que referiu que, já no ano passado propôs a diminuição do valor da derrama, alegando o tempo de crise da altura e que via com agrado a atitude do seu abaixamento para o sector referido, uma vez que esta não foi a opção tomada em relação às famílias.-----

Interveio o Sr. Engº Aníbal Moreira da Costa dizendo que a retenção de despesas era um caminho a seguir, dada a crise e que as empresas teriam de o fazer de forma a conseguirem estar no Mercado, mantendo os seus trabalhadores porque os funcionários públicos, ao contrário dos privados, tinham o ordenado garantido, sendo assim importante beneficiar as empresas.-----

Referiu que esta diminuição de imposto beneficiava o capital humano, maior riqueza do concelho, e que a atitude de salvaguardar as empresas era de louvar.-

Interveio o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares referindo-se às empresas com valores acima dos cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), disse que este

2010.12.06

imposto incidia sobre o lucro tributável isento de qualquer imposto e que os empresários tinham de pagar este imposto. Deu exemplos da aplicação do imposto e do valor apurado referindo que este não poria em causa a vida da empresa.-----

Interveio o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa dizendo que os custos administrativos estavam elevados em relação a alguns anos atrás e que os serviços e documentos então gratuitos, agora se pagavam, contribuindo para aumentar a despesa anual das empresas.-----

Comentou as dificuldades existentes no dia a dia de quem tem funcionários, de quem recorre ao crédito e não o obtém e defendeu as instituições particulares que são portadoras e geradoras de emprego e riqueza no concelho.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que se tratava de um imposto justo porque não mexia na despesa da empresa, defendendo que um abaixamento de imposto se devia traduzir na criação de um posto de trabalho e não a liberalização do despedimento, indo lutar para que isso nunca viesse a acontecer.-----

No uso da palavra o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares explicou que o imposto recaia sobre os lucros depois de deduzida toda a despesa, sendo que os custos administrativos ali referidos somente influenciavam o resultado final da empresa que assim não apresentaria lucro.-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria de vinte e dois votos a favor, sendo dezoito da Bancada do PPD/PSD e quatro da bancada do PS, quatro votos contra dos Srs. Eng.º Aníbal Moreira da Costa, Albano Oliveira Braga, Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro e Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos, da bancada do CDS/PP, tendo-se absterido da votação os Srs. António Gomes, José do Nascimento Peres, Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra e António dos Santos Sousa, da bancada do CDS/PP, aprovar as

seguintes taxas de derrama a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC no ano de 2010:-----

- Empresas com volume de negócios até 150.000,00€ – 1%;-----

- Restantes empresas – 1,5%.-----

5. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2011 – Deliberação da Câmara Municipal de 16.11.2010: Presente a deliberação supra para apreciação pela Assembleia Municipal.-----

Interveio o Sr. Presidente explicando a razão legislativa da presença deste documento para aprovação e que, comparando-o com o anteriormente apresentado, registava a supressão da unidade orgânica respeitante à Polícia Municipal, contando assim somente com dez unidade orgânicas no total, tendo sido afecto a esta décima unidade orgânica, pessoal neste momento integrado no Município que contava já com duzentos e dezoito funcionários, valor muito inferior ao apresentado no ano anterior. Informou que foram abertos catorze procedimentos concursais, tendo-se já admitido oito funcionários e que neste Mapa de Pessoal estavam previstos quarenta e sete lugares vagos mas que somente se iriam abrir os respectivos procedimentos se houvesse absoluta necessidade. Informou ainda que a maioria dos trabalhadores que se reformaram não foram substituídos e que existia ainda uma grande distância aos valores-limite impostos pela lei, que a atingir, se poderia duplicar o número de funcionários, não sendo esse o caso pois a contenção era a palavra de ordem.-----

Interveio o Dr. João Pedro Bastos Silva dizendo que, dado o tamanho reduzido, de difícil leitura, não foi possível a sua análise, facto que já tinha acontecido no ano anterior; referiu estar satisfeito com a redução da despesa com pessoal, não tomando qualquer decisão por falta de meios.-----

2010.12.06

Interveio o Dr. António Paulo Soares Barbosa que, em nome da sua bancada, referiu que as reduções havidas respondiam aos desejos manifestados no ano anterior e sugeriu melhor tratamento aos documentos apresentados para análise.

Respondendo, o Sr. Presidente referiu que foi acolhida uma sugestão ali referida sobre a poupança de papel e que, à semelhança do que se passava nos Serviços da Câmara, onde não circula papel, propunha a distribuição de toda a documentação, através de ficheiros armazenados numa pen, sendo a sala de sessões dotada de mesas para que a informação fosse consultada em computador. Referiu ainda que esta era uma opção individual a ser manifestada pelos interessados.-----

O Presidente da Assembleia congratulou e agradeceu ao Presidente da Câmara pela opção feita no sentido de dotar a sala de melhores condições para a realização da reunião e deu a palavra aos presentes.-----

O Sr. António Gomes interveio dizendo que tinha pouca rede de internet para receber os documentos por e-mail.-----

Em relação ao Mapa de Pessoal, disse que não se opunha aos lugares criados neste, uma vez que, em princípio, teria lugares para os valecambrenses, porque se tratava de criar emprego e não para pagamento de promessas.-----

Interveio o Dr. João Pedro Bastos Silva informando que a utilização de portátil, já tinha sido uma proposta da sua bancada e que este era um caminho a seguir.- -

Intervindo, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, dizendo que não suportava a ideia de que o pessoal era despesa, que as pessoas deviam ser honradas naquilo que faziam tendo a correspondente remuneração pois que colocar a miséria e a falta de emprego como despesa era um atentado aos direitos humanos; apelou a todos os empregadores e instituições públicas em geral e não só a Câmara, para que criassem emprego, que hoje era o pão nosso de cada dia, nada era mais importante do que isso. -----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para frisar que a proposta relativa à documentação de apoio à sessão da Assembleia, era a de entregar os documentos digitalizados, inseridos numa pen e não por internet.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezoito votos a favor da bancada do PPD/PSD, um voto contra do Sr. Albano Oliveira Braga da bancada do CDS/PP, tendo-se absterido da votação os restantes sete elementos da bancada do CDS/PP e os quatro elementos da bancada do PS, aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, cuja cópia se arquiva em pasta anexa a esta acta.-----

6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO –

Deliberação da Câmara Municipal de 16.11.2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal solicita a esta Assembleia autorização para delegar nas nove Freguesias do Município, mediante protocolo a celebrar com cada Freguesia, as seguintes competências: (1) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da respectiva freguesia, (2) Conservação e limpeza de ruas e passeios na área da respectiva freguesia, (3) Colocação e manutenção de sinalização toponímica na área da respectiva freguesia, com a consequente transferência de verba:-----

Freguesia	1	2	3	Despesas	Total	Total
					Protocolo	anual - mensal
Arões	€21.315,94	€22.297,00	€5.202,63	€9.915,55	€58.731,12	€4.894,26
Cepelos	€12.584,77	€13.163,99	€3.071,61	€1.346,23	€30.166,60	€2.513,88
Codal	€6.606,96	€6.911,06	€1.612,58	€3.054,33	€18.184,92	€1.515,41
Junqueira	€11.134,23	€11.646,68	€2.717,56	€5.008,24	€30.506,72	€2.542,23
M.Cambra	€18.681,58	€19.541,40	€4.559,66	€8.811,79	€51.594,44	€4.299,54
Rôge	€11.940,35	€12.489,90	€2.914,31	€1.944,00	€29.288,56	€2.440,71
SPCastelões	€25.500,42	€26.674,08	€6.223,95	€13.009,81	€71.408,26	€5.950,69
Vila Chã	€14.728,37	€15.406,25	€3.594,79	€8.365,68	€42.095,08	€3.507,92

VCPerrinho---€6.567,38----€6.869,65- -€1.602,92----€2.984,37---€18.024,32- -€1.502,03

Total-----€129.060,00--€135.000,00-€31.500,00---€54.440,00- €350.000,00-€29.166,67

1- Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da freguesia –
alínea a) do n.º 2, do artigo 66.º da Lei 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º
5-A/2002;-----

2- Conservação e limpeza de ruas e passeios na área da freguesia – alínea b) do
n.º 2, do artigo 66.º da Lei 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002;-----

3 – Colocação e manutenção de sinalização toponímica – alínea d), do n.º 2, do
artigo 66.º da Lei 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002.-----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que tiveram de reduzir 10% da
verba que estava destinada, tal como o Governo fez à Câmara Municipal, apesar
do serviço bem feito que prestam, ao resolverem muitos problemas do município.
Informou que na freguesia de Macieira de Cambra, não houve uma redução de
10% devido à não afectação de um trabalhador da Câmara ao serviço da Junta,
por decisão desta, sendo por isso feito um reforço na verba atribuída de acordo
com o FEF.-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões referindo que
ninguém ficou contente com os cortes e que o mesmo acontecia com a sua Junta,
apesar de entender; disse ainda que estava a receber o mesmo que há oito anos
atrás, tendo-lhes sido cortado cerca de doze mil euros e que, a transferência da
Câmara Municipal não era obrigatória sendo contudo caso para fechar as portas
da Junta caso esta não fizesse a referida transferência. Comparou a Freguesia de
S. João da Madeira, que tinha uma área pequena que administrava em conjunto
com a Câmara Municipal e recebia duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e
vinte e seis euros (265 626,00€) com a Freguesia de S. Pedro de Castelões que,
com área superior, recebia somente oitenta e seis mil euros (86.000,00€), fazendo

2010.12.06

um apelo para que o município interpele o governo no sentido deste alterar o modelo de financiamento.-----

Comparou ainda o concelho de Barrancos, no distrito Beja, que tem mil seiscentos e noventa e sete eleitores com as Freguesias de Rôge, Arões, Vila Chã e Macieira de Cambra, com mais eleitores que o referido concelho, apelando mais uma vez ao conhecimento das diferentes realidades de Portugal.-----

Interveio o Sr. António Gomes dizendo que compreendia o sacrifício feito pelas Freguesias, e que o valor que a Câmara Municipal ia distribuir não era muito apesar de prestarem um bom serviço. Questionou o facto de algumas freguesias já terem toponímia e o seu lugar ainda não a possuir, facto que estranha por já ter adquirido o número de polícia.-----

Sugeriu que a Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões efectuassem limpezas mais amiúde e não só pela altura das festas e colocasse as tais placas toponímicas uma vez que os carteiros tinham dificuldade em entregar o correio.---

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Castelões, o Sr. Jorge Tavares da Costa, dizendo que a Câmara Municipal vai entregar à Junta de Freguesia as placas toponímicas e que esta as vai colocar nos locais apropriados mas, apesar de já ter os nomes das ruas, fruto da recolha feita já há 13 anos, ainda não lhe foram entregues e informou que assim que as receber, pretende começar a colocação das placas pelo locais mais altos, sendo a Rua Centra de Cavião de Cima. Informou ainda que a toponímia em causa se refere às entradas para as ruas e para os lugares.-----

Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, Primeiro Secretário da Mesa, referindo que alguns lugares e avenidas, não estavam integradas na informação GPS que deveria ser actualizada, por dificultar o acesso a esses locais.-----

2010.12.06

Interveio o Dr. João Pedro Bastos Silva informando que a fórmula de cálculo do FEF inclui população e área, sendo obrigatória a atribuição deste às Câmaras Municipais podendo o seu cálculo ser injusto, mas que numa próxima reorganização administrativa, haveria a possibilidade dos partidos se pronunciarem, achando que Vale de Cambra estava bem dividida.-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Codal, Manuel Correia de Campos, referindo que as Juntas de Freguesia eram abordadas pelos mais diversos motivos e que tinham de ter verba e estar prontas a ajudar as pessoas. Disse ainda que a redistribuição do FEF dependia do governo e não da Câmara Municipal, e que fosse qual fosse o governo esta era uma realidade com a qual se teriam de governar.-----

Interveio o Sr. José do Nascimento Peres, face aos exageros de tempo e qualidade de algumas intervenções, para citar, lendo e sem quaisquer comentários, a intervenção de um senhor deputado desta assembleia, em 1 de Outubro p.p., conforme consta da acta respectiva e que disse o seguinte: “Sensibilizou os presentes para fazerem intervenções concisas, não trazendo assuntos que não interessam ao município, bem como outros que podem ser tratados directamente com a Câmara. A falarem todos teriam cerca de dois minutos para cada um. Sugeriu então que fale apenas um representante de cada Partido.”-----

Interveio o Dr. António Fernando de Pina Marques deixando uma homenagem aos Eleitos nas Freguesias pelo seu trabalho, onde já prestou também funções e que na altura, as transferências das Câmaras nem sempre eram feitas mensalmente, o que exigia um esforço tal como agora, apesar dos tempos serem diferentes.-----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara esclarecendo que transferiu competências para as Freguesias, pagando para estas as fazer. Quanto à toponímia, esclareceu

que a Câmara fez um acordo com as Juntas de Freguesia no sentido destas colocarem a toponímia, depois da Câmara Municipal a fornecer sendo somente da responsabilidade da Freguesia as placas da sua delimitação. Referiu que a Toponímia no Município se tinha iniciado há cinco anos e ainda não estava terminada. Acrescentou que a transferência de verbas era feita mensalmente, sendo o FEF estipulado pelo Governo e que as respectivas verbas tinham vindo a diminuir desde 2005, apesar de se ter registado um aumento do IRS, IVA e IRC na Autarquia.-----

Intervindo, o Sr. Presidente da Junta de freguesia de Vila Chã, Vítor Manuel Ribeiro Tavares explicou que sobre os valores recebidos do FEF recaia o IVA a 21% e que a sua aplicação das taxas, ficava com menos esse valor do qual não havia reembolso.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus trinta membros, autorizar a Câmara Municipal a delegar nas nove Freguesias do Município, mediante protocolo a celebrar com cada uma delas, as seguintes competências: (1) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da respectiva freguesia, (2) Conservação e limpeza de ruas e passeios na área da respectiva freguesia, (3) Colocação e manutenção de sinalização toponímica na área da respectiva freguesia, com a consequente transferência de verba, inscrita na acção das Grandes Opções do Plano 2004/A/8. O Protocolo vigorará entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011.-----

7. ORÇAMENTO 2011 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011/2014 – Deliberação da Câmara Municipal de 16.11.2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal deliberou aprovar o Orçamento para 2011 e Grandes Opções do Plano para 2011/2014, de acordo com os documentos previamente distribuídos aos Membros.-----

2010.12.06

O Sr. Presidente da Câmara disse que procuraria que a sua intervenção transmitisse as dificuldades que irão passar no próximo ano. Como uma das questões que lhe colocam sempre é a de que o orçamento é empolado, ou seja, com valores muito altos, quando na realidade depois se verifica o cumprimento de 60% , informa que isso é verdade, pois as receitas próprias não dariam para tudo e a superação do orçamento só seria possível através da venda de património, somente em caso de extrema dificuldade. Informou que metade do orçamento, cerca de quinze milhões e quatrocentos mil euros (15.400.000,00€) são despesas obrigatórias, relativas a dívidas a fornecedores, quer correntes, quer imobilizado, na ordem dos cinco milhões de euros (5.000.000,00€). Disse ainda que existiam subsídios a desporto, cultura, acção social e outros a cumprir; que o empréstimo iria ser amortizado, passando este de dezasseis milhões de euros a praticamente catorze milhões. Quanto aos juros, informou que se prevêem cerca de setecentos mil euros; despesas com pessoal, de cerca de quatro milhões e novecentos mil euros; e a alimentação nas escolas, competência que foi transferida para o Município apesar de não ter sido acompanhada de correspondente verba, nos transportes escolares, na RSU, limpeza e recolha de lixo e encargos das nossas instalações, somando tudo o valor de quinze milhões e quatrocentos mil euros e metade do orçamento já está aplicado. No restante, informou que deram primazia às obras de contratualização como era obrigatório e a todas as obras candidatas ao QREN, ao Centro Multiusos de Vila Chã e de Castelões, cujos valores eram de cem mil e duzentos mil euros respectivamente, que não têm candidaturas mas que se estariam a encetar esforços para tal acontecer. No sentido de aproveitar eventuais financiamentos foram colocadas obras candidatas, pois são obras que poderiam até ficar para o próximo ano, mas que devido ao possível financiamento foram inseridas neste orçamento. A recuperação da Av. Camilo Tavares de Matos foi deixada de fora do orçamento,

2010.12.06

tendo contemplado obras que achava serem fundamentais tais como as vias estruturantes do Parque da Cidade, a recuperação dos Paços do Município, a via de ligação à Srª da Saúde e todas as obras previstas na Regeneração Urbana. Disse que teve de fazer-se uma seriação e que se a Assembleia tivesse diferente opinião sobre as obras a contemplar, no sentido de baixar o orçamento, que decidisse mas que, retirando as obras candidatas, como por exemplo, as vias que envolvem o Parque da Cidade, no valor de dois milhões e seiscentos mil euros, o Parque não iria sobreviver pois não haveria possibilidade de acesso. Sendo este Parque o ex-líbris de Vale de Cambra, uma referência do Município, uma obra fundamental para a qualidade de vida de Vale de Cambra, deverá ter acessos de qualidade. Quanto às vias pedonais informou que irão ser feitas de material de qualidade. Disse que as obras desta natureza tinham de ser feitas, pois eram uma boa opção de modernidade e espaços de convívio, mais a mais sendo financiada.-----

Continuou dizendo que esta Câmara, tal como outras tem uma dívida de cerca de dezasseis milhões de euros, mas que, apesar de ser alta é exequível; que muitas vezes o que causava transtorno à Autarquia terem cortes orçamentais a meio de mandatos, o que levava a repensar os seus procedimentos, mas que a totalidade da dívida de vinte e um milhões de euros, sendo dezasseis milhões a bancos e cinco milhões a fornecedores, com as características do Município, era uma dívida que a longo prazo posicionaria esta Câmara bem acima das restantes trezentas e oito do país. Deu exemplos de outros Municípios como o de Espinho, que tinha uma dívida de quarenta e oito milhões de euros sendo a de curto prazo de onze milhões e meio de euros ou o de Marco de Canavezes, que também tinha uma dívida bastante representativa. Concluiu que a maior dificuldade era a liquidez, pois não entravam receitas, em especial a proveniente dos licenciamentos de obras particulares que diminuíram em 50%, valor que dava

2010.12.06

para fazer grandes obras, o que por sua vez desencadeia a diminuição de outros impostos daí provenientes. Esclareceu ainda que pessoas singulares também deviam à Câmara, quantias pequenas, como as da água. Alguns industriais adquiriram lotes nas zonas industriais, dando origem à entrada de fundos o que, colocou a Câmara em melhor situação e que, com um milhão e novecentos mil euros para amortizar ao banco, dava para ficarem tranquilos.-----

Com oitocentos mil euros a menos de transferências directas, do FEF, a Câmara também vai sofrer com o aumento do IVA que passa de vinte e um para vinte e três ou de cinco para seis por cento. Acrescentou ainda que, em termos de coesão social, do FEF recebido do Estado, a Câmara Municipal dá novecentos mil euros a concelhos mais pobres que o nosso. São verbas consideráveis certamente que são para acudir a concelhos com poucos habitantes. A média dos salários dos habitantes de Vale de Cambra é cerca de novecentos e trinta e oito euros, índice salarial acima da média, o que também gera este dever de pagamento aos concelhos mais pobres.-----

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada a palavra ao Chefe da Divisão Financeira, Dr. Rui Valente, que passou a apresentar um resumo do Orçamento e das Grandes Opções do Plano através da comparação de valores de 2010 e os valores previstos para 2011, notando-se um decréscimo das receitas correntes para doze milhões trinta e dois mil trezentos e sessenta e dois euros (12.032,362,00€) em 2011, comparativamente aos doze milhões quinhentos e noventa mil duzentos e trinta e seis euros (12.590.236,00€) de 2010; de igual modo, as receitas de capital vão decrescer de dezanove milhões cento e oitenta e dois mil quinhentos e noventa e sete euros (19.182.597,00€) para dezoito milhões oitocentos e noventa e oito seiscientos e trinta e oito euros (18.898.638,00€) em 2011; quanto às despesas correntes referiu que vão sofrer também uma redução de treze milhões duzentos e vinte e sete mil setecentos e oitenta e três euros

2010.12.06

(13.227.783,00€) para doze milhões novecentos e quarenta e oito mil setecentos euros (12.948.700,00€); e que nas despesas de capital se vai passar de dezoito milhões quinhentos e quarenta e cinco mil e cinquenta euros (18.545.050,00€) para dezassete milhões novecentos e oitenta e dois mil e trezentos euros (17.982.300,00€). Referiu que as receitas de capital resultavam da Venda de Bens de Investimento, de Transferências de Capital, dos Passivos Financeiros e de Outras Receitas de Capital. Referiu que a diminuição dos impostos indirectos e directos espelham a conjuntura actual.-----

A intervenção é interrompida pelo Sr. Presidente da Câmara que referiu que se devia à derrama, a passagem de três milhões e duzentos mil para dois milhões oitocentos e quarenta mil.-----

Continuando o Dr. Rui Valente, disse que as Despesas de Capital eram constituídas pela Aquisição de Bens de Capital, Transferências de Capital e Passivos Financeiros. Quanto às despesas Correntes, disse que as Despesas com Pessoal iriam diminuir cerca de quatrocentos mil euros, que as despesas de Bens e Serviços se mantinham, que havia uma redução dos Juros e Outros Encargos, fruto das amortizações que foram feitas, havia um aumento das Transferências Correntes e uma diminuição de Outras Despesas Correntes. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos salientou as variantes de Vila Chã, o Centro Escolar do Búzio, o Planeamento Urbanístico, o Saneamento, o Abastecimento de Água, a Cultura e Desporto, as Instalações Municipais e as Vias de Comunicação. No Plano plurianual de Actividades salientou actividades como os Transportes Escolares, as Transferências para Instituições de Fim Desportivo, Cultural/Recreativo e Sociais, a Concessão do Serviço de Limpeza Urbana, a Concessão da recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Tratamento e as Transferências para a Junta de Freguesia, as indicações do órgão executivo permitia a gestão de equipamentos e materiais, racionalizar as despesas,

2010.12.06

aumentar a produtividade e aumentar as receitas cobradas tendo em vista a execução orçamental e a redução do endividamento.-----

Intervenção do Sr. Presidente referindo que se notou uma diminuição das despesas com pessoal, sem ter deixado de haver progressões na carreira, pois tinham subido a remuneração a 123 funcionários; disse ainda que neste orçamento impôs a condição de não baixar as rubricas de educação e acção social por serem meritórias de todo o apoio e serem fundamentais à coesão social no município.-----

Intervenção do Sr. Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos referindo que o abaixamento de cerca de quatrocentos mil euros, se devia à rescisão do pessoal a contrato, sendo as verbas destinadas a pessoal efectivo aumentadas em cerca de cento e cinquenta mil euros. Pediu um esclarecimento sobre a verba de setecentos mil euros para aquisição de terrenos industriais, sobre um milhão de euros para o Centro Escolar do Búzio, sobre as verbas de setecentos e trinta mil euros afecta ao saneamento e de trezentos e quarenta e dois mil euros afectos à água, questionando o facto de existir cerca de um milhão de euros para gastar em água e saneamento apesar da futura empresa público-privada ir gerir esse domínio. Referiu que existia uma pequena verba de cerca de quinze mil euros para a área do turismo, área que teria de ser vista com outros olhos pelo executivo. Comentou o empolamento do Orçamento e a contenção do executivo na parte da despesa mas que, dada a crise, o executivo teria que ter atenção nas escolhas dos projectos mais adequados para o Município. Informou que ele e a sua bancada divergiam em algumas escolhas ali apresentadas, por acharem outros investimentos mais prioritários. Pediu a correcção de valores referidos na minuta da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal, por não encontrar correspondência entre estes e os constantes no orçamento, dando como exemplo as verbas relativas à Educação e à Cultura, Desporto e Recreio. -----

2010.12.06

Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga falando das receitas que não se repetiriam no Município, tais como a receita da derrama, porque os lucros das empresas estão a diminuir; a derivada da venda de lotes industriais e do imobiliário, tais como licenças de construção, uma vez que a construção também estava a decair. Sobre o documento relativo à actividade municipal, referiu que a receita cobrada até ao fim de Novembro foi de quinze milhões trezentos e sessenta e nove mil quatrocentos e vinte e quatro euros e trinta cêntimos, acrescentando que o Orçamento estava emolado porque após a análise feita, quer a receita quer a despesa reais, atingiam 60% do valor então orçamentado. Quanto aos dados previstos para dois mil e dez, referiu existir um valor de trinta e um milhões setecentos e setenta e dois mil euros, querendo saber qual a receita realmente prevista, acontecendo o mesmo com a despesas com pessoal, onde estavam previsto ser de cinco milhões trezentos e setenta e seis mil.-----

Informou que esteve a consultar o site da Direcção Geral das Autarquias Locais, onde verificou que o endividamento de médio e longo prazo da autarquia, tem aumentado, estando esta autarquia em quarta posição no Distrito. Quanto ao endividamento líquido, referiu que este também tem aumentado, estando o Município na quinta posição a nível distrital.-----

Referiu que o endividamento é preocupante em época de crise, tendo de se ter em atenção as medidas de contenção, tendo sido referidas algumas na sessão, podendo estas pôr-se em prática para fazer face à diminuição de receitas provenientes dos impostos directos e indirectos, do Estado, na ordem dos oitocentos mil euros. Sugeriu a boa utilização das rúbricas existentes, relativas a eventos a realizar, por forma a contrapor a falta de receita e reduzir a despesa. Referiu que tinha como proposta, reduzir a iluminação pública mas que, esta já tinha sido referida pelo Sr. Presidente com o qual concorda; referiu ainda que poderiam ser reduzidas despesas de admissão de funcionários e as despesas de

2010.12.06

representação; Disse ainda que a contratação e fornecimento de serviços de terceiros poderia ser reduzida e propôs que futuramente todas as obras postas a concurso fossem publicitadas na imprensa local para que houvesse mais transparência e concorrência, sendo consequentemente reduzidos os valores propostos.-----

Interveio o Dr. João Pedro Bastos Silva comentando que face à informação municipal, a execução orçamental de 50%, poderia ter sido menor, não concordando com orçamentos empolados, com valores falseados, facto que se vinha repetindo há alguns anos. Referiu que um orçamento deveria ser o mais rigoroso possível e não apresentado com o dobro do valor, facto que não reflecte a realidade e rigor tantas vezes exigido, em relação à administração central.-----

Sobre os custos com o estacionamento, sobre a empresa público-privada de águas e sobre a empresa Energaia, referiu que pretendia mais esclarecimentos.---

Concluiu referindo que ficou satisfeito com a redução de setecentos mil euros na despesa, e que o corte de cerca de oitocentos mil euros, foi bem gerido.-----

No uso da palavra o Sr. António Gomes referiu nunca ter sido contra o Parque da Cidade e que não o tinha criticado por estar na freguesia de Vila Chã, pois à semelhança do que aconteceu com a mudança da Câmara Municipal para a Freguesia de S. Pedro de Castelões, tinha esperança que acontecesse a mesma coisa ao Parque da Cidade uma vez que, e desculpando-se com o Sr. Presidente da Junta de Vila Chã, referiu que esta freguesia tinha início após o Rio.-----

Interveio o Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa referindo que face às anteriores intervenções das bancadas do CDS e PS, crê que este orçamento será aprovado por unanimidade.-----

Ressalvou a capacidade quer do executivo quer do elenco que o acompanha; a responsabilidade perante os seus compromissos e perante os Valecambrenses, pois seria fácil não incluir neste orçamento algumas despesas, designadamente o

2010.12.06

corde na participação do estado, a comparticipação para os municípios mais pobres, ou até o que o município não irá receber face ao aumento do IVA, de modo que já não seria um orçamento de trinta milhões mas de vinte e cinco. No caso do Parque Urbano, entendem que Vale de Cambra, todas as Freguesias, vão sair beneficiadas, pelo que saúda a continuação nessa aposta. Saúdam, com especial consideração, também a aposta na recuperação do Edifício dos Paços do Concelho em detrimento de outras obras, não se sentem deslocados neste local, mas não é o mesmo que o edifício dos Paços do concelho. A título comparativo mencionou a altura em que o Palácio da Justiça se encontrou deslocado da sede do concelho. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os setecentos mil euros das Zonas Industriais se deviam a processos em tribunal, dívida que não estava vencida porque os processos ainda estavam em tribunal e precisavam de ter provisão para que se possa pagar quando sair a decisão. -----

Relativamente a Saneamento e Água referiu que os valores se referiam a dívidas estando englobado no valor dos resíduos sólidos urbanos, não estando previstos investimentos nesta área, em virtude da empresa estar em fase de criação.-----

Quanto à verba para o turismo, informou que o seu valor se devia ao facto de estarem a proceder a candidaturas, através da ADRIMAG, tendo a Câmara estabelecido internamente como meta para o próximo ano, a recuperação de casas sua propriedade. Informou que a indústria hoteleira era uma prioridade no próximo ano, existindo uma candidatura para recuperar a casa anexa à Casa da Tulha, além de outro projecto candidatado em parceria com privados, no Trebilhadouro, que, a ser aprovado irá dotar o Trebilhadouro de uma capacidade de albergar turistas, sendo este o primeiro passo no sentido de atrair novas pessoas a Vale de Cambra além dos caminhos candidatados.-----

2010.12.06

Informou que realmente houve uma troca no valor da educação sendo o valor correcto de dois milhões novecentos e setenta e três mil seiscentos e cinquenta euros (2.973.650,00€). Quanto à dúvida suscitada sobre o Turismo, referiu que se devia somar a parte Cultura. -----

Em relação ao endividamento da autarquia disse ter já sido claro, achando que houve uma confusão sobre o prazo de pagamento a fornecedores que, no último dado, passou para cento e cinquenta e cinco dias, fruto da falta de liquidez, facto que seria resolvido atempadamente.-----

Quanto à execução do orçamento, referiu que tinham activos superiores, estando colmatado o problema. Acrescentou que as candidaturas ao QREN eram feitas após abertura feita pela Comissão de Coordenação, sendo então candidatas obras como a dos Paços do Concelho, dos Centros Escolares, etc. Disse que estavam salvaguardados projectos emblemáticos para Vale de Cambra, que já tinham assinado seis milhões e seis mil euros em contratualização, estando esta verba reservada, faltando somente a publicação do aviso de admissão de candidaturas. Referiu que o aviso poderia abranger outras áreas, para as quais a Câmara deveria estar preparada, daí se ter de prever estas situações, como precaução. Disse que muitas Câmaras apresentam a execução pelos autos, e que nesse caso Vale de Cambra estaria com execução a rondar os 90%; quanto aos 50% que referiram, disse que esta percentagem se reportava a obra concretizada e efectivamente paga, pois que se lhe juntassem o valor da dívida a fornecedores a execução rondaria os 80%.-----

Quanto à despesa com pessoal disse que estavam salvaguardadas todas as progressões, que a despesa diminuiu, que se reduziram num ano vinte e três funcionários, que foram pessoas para a reforma e não foram substituídas. Quanto ao fenómeno “desemprego” comentou o facto verificado na Câmara Municipal

2010.12.06

onde se abriu um concurso para a admissão de 8 lugares e foram apresentadas quinhentas e cinquenta candidaturas.-----

Informou que há uma rubrica criada pelo classificador que é “despesas de representação”, cujo valor tinha incluído os custos com as publicações e avisos publicados em Diário da República, mostrando disponibilidade para fornecer valores gastos da responsabilidade do executivo, designadamente almoços, jantares e prendas, que também eram dadas a quem ajudava o concelho.-----

Em relação ao estacionamento reservou comentários para o ponto das informações.-----

Quanto à localização do Parque da Cidade ser em S. Pedro de Castelões ou Vila Chã, referiu que haviam coisas imutáveis, por muito que o mundo andasse à roda. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezoito votos a favor da bancada do PPD/PSD, um voto contra do Sr. Albano Oliveira Braga da bancada do CDS/PP, tendo-se absterido da votação os restantes sete elementos da bancada do CDS/PP e os quatro elementos da bancada do PS, aprovar os documentos relativos ao Orçamento 2011 e Grandes Opções do Plano para 2011/2014, de acordo com os documentos distribuídos. O Orçamento apresenta um valor global de trinta milhões, novecentos e trinta e um mil euros (€ 30.931.000,00). As Grandes Opções do Plano apresentam um valor global de cinquenta e nove milhões oitocentos e trinta e cinco mil e cem euros (€ 59.835.100,00).-----

8. PROJECTO DO NOVO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – Deliberação da Câmara

Municipal de 16.11.2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a apreciação o projecto do novo Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.-----

O Senhor Vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida salientou que o Regulamento era para as zonas de estacionamento de superfície, que teria um

2010.12.06

custo de utilização, que decorria do Caderno de Encargos, no valor de €0,50/hora. Informou que havia uma alteração à proposta inicial da Câmara antes da apreciação pública, no sentido de dar apoio ao comércio, tendo-se decidido que o primeiro quarto de hora custaria apenas €0,05. Disse ainda que após reclamação da ACA, parceira na VCP, alegando a violação dos pressupostos do Caderno de Encargos o que poderia gerar prejuízos à empresa e conseqüentemente ao reequilíbrio financeiro por parte da Câmara, a Câmara Municipal, após reunir com a ACA, e no sentido de garantir o fácil acesso ao comércio e serviços a preços mais baratos, deliberou criar a primeira meia hora gratuita no Parque Subterrâneo. No âmbito da apreciação pública foram recebidos outros contributos pontuais, tais como o da escola de condução que, tendo os seus carros estacionados na rua, queria estar isenta e também, de alguns comerciantes, designadamente restaurantes que pediram isenção na hora de almoço, o que no entender da Câmara Municipal não fazia sentido devido à meia hora gratuita no Parque Subterrâneo. Informou que os horários para pagamento são dias úteis das 9:00h às 19:00h e aos sábados das 9:00h às 13:00h. Sábados à tarde, Domingos e Feriados é gratuito.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa perguntou pela planta onde estariam definidos os locais de estacionamento e quantos eram, uma vez que a Assembleia não teve conhecimento desta.-----

Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga referindo que a Câmara lhe facultou uma planta com os lugares de estacionamento subterrâneo e à superfície, perguntou quando entrava em vigor o Regulamento. Disse que na planta estavam definidos os lugares por ruas, mas que em algumas ruas (Rua Júlio Dinis, Rua Dr. Domingos Almeida Brandão) a marcação não condizia com o estudo, conforme já alertou. Questionou se era verdadeiro o número de duzentos e trinta, de estacionamentos à superfície marcados; se o Regulamento era aprovado na

2010.12.06

Assembleia e depois publicado no Diário da República para entrar em vigor e para quem eram os dez lugares de estacionamento reservados no Parque Subterrâneo em nome da Autarquia.-----

Usou da palavra o Sr. António Gomes que desejou um bom Natal a todos e questionou o facto da oferta dos trinta minutos se manter em todas as entradas que efectuasse no mesmo dia no Parque Subterrâneo.-----

Interveio o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referindo ter ficado surpreendido com a gratuidade da primeira meia hora, o que agradece em nome dos Valecambrenses. Comentou que uma pessoa no uso de má fé poder ter ali estacionamento gratuito todo o dia.-----

Referiu a necessidade de aprovação do presente Regulamento, para que as receitas ali previstas fossem arrecadadas sem mais demoras e colocou as seguintes questões:-----

- Sobre o artigo 3.º, ponto n.º 1 “para cada zona de utilização é definido um período máximo de estacionamento de duas (2) horas”, perguntou se o mesmo poderia ser alargado, à semelhança de outros municípios que têm um período de quatro horas e se seria possível nas actuais máquinas; -----

- Referiu que desapareceu o preço de cinco cêntimos para os primeiros quinze minutos;-----

- Perguntou, no que se refere às coimas previstas no regulamento, se era a Câmara Municipal, a VCP ou a GNR quem decidia, deixando como sugestão, a redução substancial do valor a pagar, se a multa for paga nas primeiras 48 horas, à semelhança de outros Municípios como o de Aveiro cujo valor era de 7,50€. -----

No uso da palavra o Sr. António Paulo Soares Barbosa salientou a dúvida da população sobre a data da obrigatoriedade de pagamento do estacionamento.-----

Comentou a falta de estacionamento junto ao Tribunal, reservado a advogados, em especial os que vêm de fora. Referiu que não concordava com o perdão ou

2010.12.06

desconto na multa por infracção no caso de pagamento dentro de 48 horas porque havia uma reincidência de infracções, devendo, antes pelo contrário, pagar-se mais.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estavam a surgir questões já debatidas e aprovadas pela Câmara e pela Assembleia há já algum tempo, como é o caso das plantas, tendo havido posteriormente um concurso público, não se negando, apesar disso, a fornecer novas cópias. Informou que foi aprovado um máximo de 230 lugares à superfície, acreditando que este valor tenha sido diminuído, sendo dado o valor certo na próxima Assembleia. No mesmo concurso disse que se previam também 200 lugares no parque subterrâneo, sendo 10 reservados para a Câmara porque na altura a Câmara funcionava nos Paços do Concelho e não tinha estacionamento, facto que se mantinha no seu regresso.-----

Disse que a filosofia do parque era de lotar totalmente o subterrâneo e manter livre o mais possível o estacionamento à superfície daí serem contra a gratuitidade na hora de almoço, porque se pretendia que houvesse lugar para quem saía das fábricas para os restaurantes e/ou do comércio. Na questão da meia hora grátis, referiu acreditar no bom senso dos Valecambrenses, acreditando que não andem sempre a entrar por um lado e sair por outro mas sim, que visitem o comércio local a pé, elogiando a abertura da VCP na aceitação da ideia.-----

Esclareceu que se o Regulamento fosse aprovado iria para Diário da República e depois da publicação podia iniciar-se a fiscalização, não sendo ninguém multado antes de uma campanha de dois ou três dias, na qual iriam ser distribuídos folhetos informativos.-----

Sobre o tempo máximo de duas horas questionado, informou que o objectivo era que o estacionamento à superfície ficasse o mais livre possível, havendo a

2010.12.06

possibilidade da aquisição de bolsas de estacionamento no Parque. Saliou o facto de existirem comerciantes que mostraram interesse na taxaço da sua rua.-- Quanto às multas, disse que a Câmara Municipal não ia obviamente sobreviver com estas e que os valores foram retirados do Código da Estrada; Sobre a questão, fez um pedido à VCP, tendo em conta a filosofia do desenvolvimento social e económico, para que, quem fosse apanhado sem bilhete, nesse mesmo dia se dirigisse a um local a ser criado no Parque e pagasse de livre vontade o correspondente às horas do dia sendo-lhe perdoada a multa. Disse estar convencido que assim que a superfície comece a ser taxada o Parque terá também uma grande ocupação. Informou que haverá também fiscalização paga pela VCP que irá controlar quem não paga e neste caso aplicar a respectiva coima, tentando-se depois ver, como já referiu, se é paga a multa ou se é pago um valor pelas horas de estacionamento. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o novo Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, por maioria de vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito da bancada do PPD/PSD, quatro da bancada do PS e três da bancada do CDS/PP (António Gomes, Dra. Maria Silvina Almeida de Sá Vale Pissarra e Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos), tendo-se abtido da votação os restantes cinco elementos da bancada do CDS/PP (Eng.º Aníbal Moreira da Costa, Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, Albano Oliveira Braga, José do Nascimento Peres, António dos Santos Sousa).-----

9. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e), do artigo 53.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente, para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e respectiva situação financeira.-----

2010.12.06

O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu que há uns anos atrás recebeu no Salão Nobre, o Povo das Baralhas e lá, foi gizado o plano para levar o assunto à Assembleia da República, como petição. Referiu que acompanhou na altura, a situação e entendia que a luta do povo das Baralhas devia continuar devendo este ser acarinhado, não só pela Assembleia Municipal.-----

Interveio o Sr. António Santos Sousa pedindo ao Sr. Presidente da Câmara, resposta às questões colocadas anteriormente-----

Interveio o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal, relembrando o Sr. Presidente, também da questão da delimitação administrativa entre Codal e Carregosa e entre Vila Chã e Carregosa, ainda por resolver.-----

Usou da palavra o Sr. Manuel de Sousa Pinho solicitando que sejam sempre comunicadas às associações, por escrito, as deliberações da Câmara relativas à atribuição de subsídios às associações.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva propôs que a apreciação da actividade municipal fosse logo no início do período da ordem do dia, de modo a ser tratado tudo de seguida.-----

Sobre a luta do Povo das Baralhas para pertencer ao Município de Vale de Cambra, referiu que o PS era solidário com a mesma e que se necessário fosse, enviaria um comunicado para a Assembleia da República com o apoio manifestado pela Assembleia, concordando assim com agendamento dessa proposta.-----

Relativamente às portagens nas SCUT, referiu que o Sr. Presidente da Câmara na última sessão ficou de remeter uma missiva ao Ministério das Obras Públicas, questionando qual o *feedback tido*.-----

2010.12.06

Quanto à Casa da Juventude, disse que o discurso do Sr. Presidente da Câmara devia ser mais coerente porque na última sessão, dava a entender que se os jovens não queriam utilizar aquele espaço, podia afectá-lo a outra utilização e que, agora afirmava que o projecto já estava no Plano de dois mil e dois e era para concretizar. Referiu ainda que os Valecambrenses sabem quem falou e quem não falou da Casa da Juventude e quem a criticou e quem não a criticou, facto que nunca poderia ser apontado ao PS, que defendia a construção de uma obra com cabeça, tronco e membros, com ideias amadurecidas e não em tempo record tal como a obra do Centro da cidade que já sofria de infiltrações de água. - Referiu estar contente por a Câmara Municipal ter aderido ao Simplex Autárquico, um passo para a modernização no concelho, para a desburocratização, para que as tomadas de decisão sejam mais céleres.-----

Por fim, em nome da bancada do PS, desejou Boas Festas e boas entradas no ano de 2011. Desejou que 2011 fosse próspero para todos os Valecambrenses e para todos os presentes.-----

Interveio o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, dizendo que perante os tempos difíceis que se viviam, que se avizinhavam e adivinhavam ainda mais difíceis, pedia a atenção especial de todos os Membros da Assembleia, que têm responsabilidades autárquicas para que, se se apercebessem das eventuais dificuldades nos vizinhos e nas pessoas que os rodeiam, os informassem do Banco Solidário que já tinha um conjunto de bens e géneros para ajudar aqueles que deles necessitassem, pois mesmo que não houvesse o que necessitavam, a rede podia mobilizar-se para procurar outras soluções porque o projecto estava em desenvolvimento inserindo-se no Projecto de Regeneração Urbana e por isso precisavam de chegar àqueles que tivessem de facto necessidades. -----

Por fim desejou a todos um Santo Natal e que tudo corra bem em Família e entre amigos.-----

2010.12.06

O Senhor Presidente da Câmara pedindo desculpa por, sem intenção, não ter dado respostas às perguntas do Sr. António Santos Sousa, referiu que relativamente ao aviso existente no Parque Subterrâneo este declinava responsabilidades por tudo o que existia dentro dos carros, o que acontecia em todos os parques; sobre o carro em si já era diferente. Relativamente às incongruências na sinalização agradeceu o alerta, indo verificar se tem razão ou não. Explicou que a ideia é que quem saísse do Parque pudesse voltar tanto à direita como à esquerda. Quanto ao pagamento, o estacionamento referiu que era de sessenta cêntimos por hora e, por lei, era obrigatoriamente dividido em períodos de quinze minutos. Acrescentou que a Câmara Municipal não mandava dentro do Parque Subterrâneo, pelo que ia expor a situação à VCP, solicitando ao Sr. Sousa cópia do documento.-----

Relativamente às deliberações relativas aos subsídios, solicitou ao Gabinete de Apoio que corrigisse a situação pois apesar da acta ser pública, achava que as Associações e Juntas de Freguesia precisavam de saber o valor para os seus orçamentos.-----

No que se refere à questão das Baralhas, referiu que no século XXI este problema já nem se deveria colocar, ainda mais quando estão a tratar da delimitação administrativa com reuniões entre todas as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, sendo injusto que se sonegue às pessoas a sua própria identidade. Referiu que não se tratava de um pequeno território, mas sim da identidade das pessoas, que nascem, crescem e morrem, votam, têm B.I. em Vale de Cambra. Não entendia aquelas leis que não permitiam o registo de casas em Vale de Cambra. Oliveira de Azeméis teve primeiro que Vale de Cambra uma conservatória e como tal as pessoas tiveram de registar lá as suas casas. Informou que expôs a seguinte situação ao Sr. Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis: -os irmãos Valente licenciaram a fábrica nova em Vale de Cambra,

2010.12.06

pediram abastecimento de águas e esgotos em Vale de Cambra, e pagam IMI em Oliveira de Azeméis, não há nisto bom senso. O seu colega concordou, mas ficou com o território enquanto “eu fico com a razão”. Referiu ainda que era complicado explicar isto às pessoas, que em atendimento lhe pediam para fazer uma proposta para que passarem para Vale de Cambra ao que lhes responde que não tinha poderes para tal se não já o teria feito. Informou que aquando das anteriores manifestações da população das Baralhas nunca veio para a rua por estar em negociações com o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, à data Ápio Assunção; mas, uma vez que, neste momento as negociações eram impossíveis referiu que na próxima manifestação que houver estará na primeira linha ao lado do povo das Baralhas. Julga ser importante para a solução deste problema que um grupo de Deputados proponha à Assembleia da República um projecto lei, que, independentemente de ser aprovado ou não, seria um grande contributo, solicitando assim à bancada do PS, inclusive ao Dr. João Silva, que tem amigos Deputados e também à bancada do CDS, para, se necessário ,em conjunto com o PSD, trabalharem esse decreto-lei.-----

O Sr. Presidente reafirmou, uma vez mais, que o projecto da Casa da Juventude era um projecto sério, que fez questão de integrar no Projecto mais vasto da Regeneração Urbana. Não pretendia apropriar-se dele, achando que mais ninguém o deve fazer. Era um projecto para os jovens, e não lhe parece bem que o PS viva obcecado por afirmar de quem é a ideia. O importante agora é que não falem tanto, mas que se ponha aquela casa a funcionar.-----

Aproveitou também para referir que a forma como alguns falam do Parque subterrâneo e da praça à superfície, Praça Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite, não lhe parece correcta, quanto mais não fosse pela memória da pessoa que lhe deu o nome. Acrescentou ainda tem recebido muitos elogios pela obra em si -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a minuta da acta da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: Não se verificaram intervenções por parte do público presente.-----

O Sr. Presidente da Mesa, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, terminado o ano institucional, agradeceu a todos a ajuda preciosa na resolução dos problemas do Município. Desejou a todos um Bom Natal acrescentando que todos podem fazer algo pelos outros, nestes tempos de crise e solidão para os mais idosos, sendo possível qualificar as relações de vizinhança tornando-as mais criativas, vigilantes e fraternas.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e três horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente minuta da acta que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____

